



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.663, de 2010, do Sr. Ormar Terra, que acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, dispor sobre a obrigatoriedade da classificação das drogas, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências".
SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Do Sr. Dr. Jorge Silva)

Requer a realização de Audiência Pública, com a Ministra da Casa Civil e dos Ministérios nomeados, para debater acerca da proposta preliminar de substitutivo ao PL nº 7.663/2010.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com as autoridades a seguir indicadas, para debater acerca do texto preliminar do substitutivo ao PL nº 7.663/2010, apresentado pelo nobre Relator, Dep. Givaldo Carimbão.

Participantes:

1. Exma. Sra. Ministra da Casa Civil Gleisi Helena Hoffmann
2. Exmo. Sr. Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso;
3. Exmo. Sr. Ministro da Saúde Alexandre Rocha Santos Padilha;
4. Exma. Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

JUSTIFICAÇÃO

Para subsidiar os trabalhos da Comissão Especial da Política Nacional sobre Drogas, faz-se necessário debater o conteúdo apresentado pelo nobre Deputado Givaldo Carimbão como substitutivo ao PL nº 7.663/2010. Para tanto, sugiro a realização de audiência pública onde serão ouvidos os ministros acima nomeados.

O enfrentamento às drogas é um tema multissetorial e multidisciplinar. Além disso, o papel dos órgãos governamentais é central para a articulação de uma rede que possa trazer efetividade ao acolhimento, tratamento e reinserção econômica e social dos usuários e dependentes de drogas.

Essa é a principal justificativa para que possamos interagir com os responsáveis pelas pastas da saúde, da justiça, da assistência social e da coordenação institucional em relação à proposta concreta apresentada pela nobre Relator.

É no contexto dessas necessidades que proponho a realização dessa audiência pública com o propósito de debater o tema.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Dr. JORGE SILVA